

2.1

Aparelhos ideológicos de Estado

Todo sistema que deseja manter sua existência por um longo período de tempo deve ambicionar reproduzir os próprios meios e condições que garantam a sua existência. A meta deve ser “reproduzir suas condições de produção enquanto produz”¹, para que seja possível a sobrevivência desse sistema. Essa é a essência a partir da qual toda luta em redor do Poder de Estado se organiza. Uma vez que um grupo social detém e concentra em suas mãos a potência de reger os aparelhos de Estado para um determinado fim coerente com seu próprio projeto, deve articular estratégias para fomentar a manutenção desse poder em suas mãos. O conjunto de estratégias ao redor do Poder de Estado, as articulações para mantê-lo concentrado nas mãos de determinado grupo, têm por objetivo criar um sistema no qual esse mesmo poder se aprofunde na trama social. Para que isso aconteça, é necessário constituir uma cultura que justifique a posse desse Poder de Estado nas mãos do grupo que o detém, e que crie uma lógica coerente entre o exercício desse poder e os efeitos que produz na sociedade. Algumas teorias marxistas sobre o funcionamento do Estado, as lutas em redor da hegemonia cultural e os processos articulados pelos distintos Aparelhos estatais podem estabelecer alguns pressupostos para a compreensão da constituição de certos aspectos da cultura salazarista e, principalmente, identificar o funcionamento de alguns mecanismos de articulação estatais que iluminariam hipóteses acerca de sua imensa longevidade e eficácia no controle da sociedade.

Esse universo esmaecido e prisional retratado em *Balada da Praia dos Cães* – o início da década de 1960 em Portugal –, é justamente o resultado do assédio da incidência regular, por três décadas, dos efeitos de poder da hegemonia política salazarista culturalmente aprofundada em todas as mínimas instâncias da sociedade. Da linguagem cotidiana e banal aos gestos mais íntimos e sigilosos, dos anúncios de turismo nos jornais aos programas mais ingênuos de rádio, das quinas das casas recônditas e escondidas aos amplos e freqüentados espaços públicos, encontra-se descrito no romance o desgaste resultante do esforço de

¹ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. São Paulo: Graal Edições, 2007. p. 53

cumprimento do projeto utópico de visibilidade total da sociedade diante do poder estatal. Esse projeto é apontado por Foucault como uma das diretrizes mais evidentes da constituição do Estado Moderno: a utopia de uma sociedade transparente “ao mesmo tempo visível e legível em cada uma de suas partes”², e com todas as suas “zonas obscuras”³ eliminadas pela tecnologia estatal. Como acontece em *Balada da Praia dos Cães*, uma sociedade na qual a lei e a disciplina estatal se fazem presentes sem nunca serem vistas e, notadamente, em que seus sujeitos sentem, tanto na imaginação como no próprio corpo, o assédio constante da ação disciplinar do Estado.

A tomada do Poder de Estado não garante o reconhecimento geral da autoridade, nem a hegemonia no uso dos Aparelhos de Estado. O poder é muito mais complexo que a concentração do exercício das escolhas dos usos específicos dos mecanismos estatais para determinado fim em sintonia com o interesse do grupo que detém esse Poder de Estado. Para entender o poder em toda sua complexidade é necessário avançar sobre suas estruturas, seus Aparelhos, compreender como produzem repressão, mas também como produzem saberes, tecnologia, prazer, desejos, relatos. É preciso captá-lo “em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar”⁴. É a articulação entre os Aparelhos repressivos de Estados e os inúmeros Aparelhos Ideológicos de Estado (e como essa articulação produz um sistema, gera uma cultura, constitui os indivíduos, incide no imaginário), que ajuda a entender a extensiva complexidade do poder e a durabilidade de seus efeitos, no caso de uma ditadura tão longa quanto a salazarista.

O Estado para o marxismo clássico – que compreende governo, administração, forças armadas, polícia, tribunais, prisões – “é concebido explicitamente como aparelho repressor”⁵ porque em suas práticas de dominação da ideologia burguesa na sociedade é “sempre força de execução e de intervenção repressora”⁶. O horizonte político do marxismo clássico é a tomada do Poder de Estado pela classe proletária e a transformação ideológica total desses aparelhos

² FOUCAULT, Michel. “O Olho do Poder”. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006. p. 214

³ Ibidem. P. 214

⁴ FOUCAULT, Michel. “Soberania e Disciplina”. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006. p. 182

⁵ ALTHUSSER, Louis. “O Estado e seus aparelhos”. In: *Sobre a Reprodução*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999. p. 97

⁶ Ibidem. P 97

estatais, a reforma completa desses aparelhos. Com tal reforma espera-se que não sejam mais exclusivamente instrumentos de repressão da burguesia sobre a classe proletária, e que passem a produzir em seus efeitos de poder e conteúdos socialistas. No geral, os teóricos do marxismo clássico – Lênin, Trotsky, Luxemburgo, Gramsci, por exemplo – articularam seu pensamento sobre o funcionamento do Estado com uma agenda francamente revolucionária. Preocuparam-se com os termos da transição de Estado burguês para Estado socialista e com as inúmeras e imensas dificuldades dessa mudança. Dedicaram-se a pensar como seria esse Estado proletário não mais como repressor, e quais os efeitos de poder que esse novo Estado transitório deveria provocar na sociedade para produzir o novo sujeito social, capaz de ser parte ativa dessa mudança de um poder em que existiria ainda a forte figura do Estado para um poder comunista, uma sociedade comunista na qual cada indivíduo é gestor igualitário de um poder repartido por todos. Os teóricos do marxismo clássico, desse modo, pensaram os termos desse novo contrato social em que o poder de cada um não fosse mais concentrado legalmente por uma instituição gestora, como pensou Rousseau, e sim repartido por todos e produzido por todos de forma igualitária e com efeitos de poder não opressores.

Dividindo com os marxistas clássicos todas essas preocupações, Gramsci aponta, no entanto, para uma urgente necessidade teórica de desenvolver conceitos que dêem conta dos aspectos do poder que escapam da clássica relação meramente repressora dos aparelhos estatais com a sociedade. Outras estruturas assumem aspectos que a repressão não alcança: a sociedade não acaba onde as intervenções da polícia e do Exército terminam. A violência não é o único efeito de poder que o Estado produz na sociedade. Gramsci é bem alusivo quanto ao que são essas estruturas ao lado dos Aparelhos de Estado clássicos, mas aponta que sua função essencial é criar um sistema de valores que facilite a conjugação sempre tensa entre Autoridade e Poder de Estado, e que torne os efeitos de poder provocados pelas articulações dentro do Estado na sociedade culturalmente aceitáveis. Não bastaria conquistar apenas o Poder de Estado, ponto inicial de ação delimitado pelo marxismo clássico. Seria preciso, para Gramsci, articular meios de garantir a hegemonia ideológica dentro do corpo do Estado criando um sistema que aproxime todas as esferas de autoridade ao grupo que legalmente detém o Poder de Estado. A tomada do Poder de Estado, que numa leitura

apressada do marxismo clássico é o horizonte primordial da luta revolucionária, para Gramsci seria o ponto a partir do qual o exercício do poder se torna ainda mais complexo porque passará a envolver certos aspectos do poder que escapam da epidérmica relação repressora, mas que a alimentam e fazem parte dela gerando outros efeitos de poder mais sutis que a justificam e legitimam. Seguindo essa sugestão de Gramsci em seus ensaios sobre hegemonia, Louis Althusser irá desenvolver uma revisão profunda na maneira clássica de organizar a estrutura estatal.

Uma vez que o pensamento político moderno, com Marx, Lênin, Luxemburgo, Gramsci, entre outros, se debruçou sobre os Aparelhos de Estado e seus efeitos repressores para estabelecer os termos dos processos para modificar essa repressão que produz uma vez que o grupo revolucionário estiver em posse do Poder de Estado, o pensamento político mais contemporâneo, com Weber, Althusser, Foucault, Canetti, Bobbio, entre outros, irá se ocupar com os mais tênues e simbólicos efeitos dessas estruturas alusivas que exercem e produzem efeitos de poder na sociedade de fora da esfera dos Aparelhos repressores de Estado clássicos. Como afirma Althusser:

Para poder construir uma teoria do Estado, é indispensável levar em consideração não só a distinção entre Poder de Estado (e seus detentores) e Aparelho de Estado, mas também uma outra ‘realidade’ que se encontra, manifestadamente, do lado do Aparelho Repressor de Estado, mas não se confunde com ele.⁷

São essas estruturas que produzem saber e geram discursos, são elas que alimentam o sistema político com os mais diversos conteúdos culturais necessários para justificar o exercício do Poder de Estado nas mãos do grupo que o detém. São essas estruturas que, com ações mais alusivas, invadem a própria intimidade dos indivíduos tornando-os, através de sua incidência, sujeitos sociais coniventes com o sistema político.

Althusser desenvolve, em um breve ensaio publicado no calor de debates após a primavera de maio de 68 na polêmica revista *La Pensée* de junho de 1970, uma radical e polêmica revisão das estruturas clássicas do pensamento marxista: *Aparelhos Ideológicos de Estado*. O giro operado por Louis Althusser parece

⁷ ALTHUSSER, Louis. “O Estado e seus aparelhos”. In: *Sobre a Reprodução*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999. P 102

óbvio após quatro décadas, mas no momento de sua publicação representou uma violentíssima ruptura com todo pensamento de esquerda hegemônico da época. Ele criou todo um novo horizonte para os debates sobre o Estado. Althusser classificou como Aparelho repressor de Estado todas as instituições que o marxismo clássico reunia como Aparelhos de Estado. Mas as estruturas difusas que Gramsci sugeriu como concomitantes aos Aparelhos clássicos, sem nunca se confundirem com eles, Althusser nomeou de Aparelhos ideológicos de Estado.

Althusser desenvolveu uma persuasiva teoria interrompida por sua morte precoce, mas reunida com toda sua teoria política no livro póstumo *Sobre a reprodução*, de 1995. A imensa maioria dos trabalhos de Althusser se ocupa de releituras dos clássicos da ciência política – principalmente Maquiavel e Hobbes – , e mesmo que seu pensamento original ocupe tão poucas páginas ele é ainda assim demasiado seminal e influente. Para essa dissertação, no entanto, apenas alguns aspectos bem delimitados de sua teoria são pertinentes: delimitar o que é cada um dos Aparelhos de Estado, seus objetivos e suas principais ações no corpo da sociedade para servirem de suporte teórico para estudar os diversos efeitos de poder produzidos por um regime ditatorial. Dessa forma, tentar estabelecer algumas pontes e pressupostos para pensar a cultura salazarista do período de que trata o romance *Balada da Praia dos Cães*.

Os Aparelhos repressores de Estado possuem uma função muito específica: são os elementos constitutivos do próprio Estado. São compostos por suas instituições políticas e órgãos de segurança, os departamentos de governo que delimitam conteúdos educacionais, os inúmeros tribunais de justiça. Todos os órgãos estatais, grosso modo, são membros dos Aparelhos repressores de Estado (ARE). Por outro lado, os órgãos de natureza privada são Aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Althusser lista os seguintes AIE: Escolar, Familiar, Religioso, da Informação, Edição-Difusão, Cultural, Sindical e Político. Esses AIE podem ser tanto privados individuais (editora ou jornal) como privados e coletivos (ordens religiosas ou associações de pais, por exemplo). No corpo de cada Aparelho ideológico de Estado corresponde o que se chama de instituições e organizações. Althusser faz a seguinte descrição dessa natureza plural:

Para o AIE escolar: as diferentes escolas, os diferentes graus, do Primário ao Superior, os diferentes Institutos, etc. Para o AIE religioso: as diferentes Igrejas e

suas organizações especializadas (ex de juventude). Para o AIE político: o Parlamento, os Partidos Políticos, etc. Para o AIE da Informação: a Imprensa (os diferentes jornais ou Grupos de jornais, o canal de tevê estatal, e uma quantidade de publicações e organizações). Para o AIE Familiar, todas as instituições que dizem à Família, incluindo Associações de Pais de Alunos, etc. Para o AIE cultural, todos os espetáculos, incluindo o esporte, assim como toda uma série de instituições que têm, talvez, atividades em comum com o que designamos por AIE da Edição.⁸

Como se tornará claro, a ação de todos esses aparelhos é conjunta e coerente com um sistema determinado, construído ao redor de uma Ideologia de Estado, funcionam de forma integrada. Segundo Althusser, “todos os AIE, sejam eles quais forem, concorrem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção”⁹. Ou seja: reforçam esses aspectos de reprodução das relações de produção, mas com articulações e estratégias menos epidérmicas como as repressoras. Em qualquer sistema político todos esses diferentes AIE integram um sistema, cuja finalidade é manter a coesão e coerência das práticas do poder e de sua recepção na sociedade; numa ditadura, tão longa e profunda como o Estado Novo Salazarista, esse sistema integrador é ainda mais organizado e amarrado, e sua ação mais intensa e coercitiva.

Segundo Althusser, pensando o funcionamento integrado dos AIE,

o que faz a unidade dos diferentes Aparelhos ideológicos de Estado é que realizam, cada um em seu campo e sob sua modalidade própria, uma ideologia que, a despeito de suas diferenças ou, até mesmo, de suas contradições internas, é a Ideologia de Estado.¹⁰

A maior diferença entre as distintas práticas do Aparelho repressor do Estado e dos Aparelhos ideológicos do Estado está no predomínio de certos efeitos específicos no conjunto de seus efeitos produzidos na sociedade. Enquanto o ARE age predominantemente pela repressão e secundariamente pela ideologia, os AIE agem pela ideologização, apesar de também agirem pela violência mais alusiva, em nível simbólico e disciplinar.

O Estado se torna visível através da ação do Aparelho repressor de Estado. Suas estruturas dão um rosto ao poder, e é por suas práticas que a ação física do

⁸ Ibidem. p. 103

⁹ ALTHUSSER, Louis. “A propósito da reprodução das relações de produção”. In: *Sobre a Reprodução*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999. p 167

¹⁰ ALTHUSSER, Louis. “Os Aparelhos ideológicos de Estado político e sindical”. In: *Sobre a Reprodução*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

Poder de Estado, o corpo do Estado, fica evidenciado. A repressão é a esfera de ação estatal mais destacável. No entanto, deve-se considerar que nenhum Poder se mantém apenas pela dominação e repressão por um longo período. Como a repressão sempre produz deformações ideológicas tanto no corpo do próprio ARE quanto na sociedade, o custo de manutenção da hegemonia no uso do Poder de Estado torna-se demasiado elevado se a repressão for a principal manifestação de controle estatal. O poder, mesmo um poder ditatorial como o salazarista, precisa produzir formas de agir na sociedade além da repressão direta nos corpos. É capital, para a manutenção do poder, a construção dos mais diversos discursos e saberes em redor desse mesmo poder. Necessita “inventar uma tecnologia que assegure a irrigação dos efeitos do poder por todo o corpo social, até mesmo em suas menores partículas”¹¹, que não passem sempre pela repressão e tortura. Para um sistema alcançar uma hegemonia social, para que a resistência de certos grupos da sociedade aos efeitos de poder que produz seja mínima e suportável, é necessário que essa mesma sociedade veja esse sistema como viável. É nesse processo de viabilização cultural do sistema ditatorial que surge, para o Salazarismo, a urgência de utilizar todos os Aparelhos ideológicos de Estado de forma integrada e coerente. É pela integração dos AIE a um sistema cultural produtor de conteúdos articulados com a Ideologia de Estado salazaristas que o Poder de Estado nas mãos do grupo de Salazar pôde construir uma essencial e natural, como Althusser classifica os efeitos de ideologização hegemônicos no corpo da sociedade, “missa ideológica perpétua”¹² em redor de seus valores.

O Salazarismo esteve presente em todos os Aparelhos ideológicos de Estado. Não apenas a Igreja Católica foi um dos seus braços mais forte e fiel. O Estado salazarista foi eminentemente católico e usou os preceitos católicos e as estruturas das igrejas para dar sentido moral às suas práticas políticas e para propagar suas idéias. Também foi capital, para o Salazarismo, estabelecer de forma inegociável a hegemonia da Ideologia de Estado, tanto no sistema escolar, principalmente nas universidades, quanto na esfera da informação, pela censura a jornais e revistas e no inteligente uso do rádio como instrumento de difusão direta de seu pensamento junto à sociedade.

¹¹ FOUCAULT, Michel. “O Olho do Poder”. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006. p. 218

¹² ALTHUSSER, Louis. “O Estado e seus aparelhos”. In: *Sobre a Reprodução*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999. p. 106

Como apontou o historiador Fernando Rosas em curso ministrado na PUC-Rio, o Salazarismo se espalhou por toda sociedade portuguesa, criando órgãos e institutos e repartições para regulamentar, por exemplo, o lazer dos trabalhadores e as práticas esportivas, as festividades regionais e os festivais de música, assim como, ainda que com estéticas questionáveis, deu forte apoio ao insípido cinema e também a exposições de pintura e escultura modernas. O manejo do Poder de Estado, a manutenção de uma hegemonia cultural em redor de certas práticas políticas, passa por uma experimentação constante de discursos e por uma produção de conteúdos culturais eficazes para suprir a necessidade de justificativa desse Poder. Os AIE devem fazer um processo constante de ideologização dos sujeitos que possibilite a aceitação, em suas consciências, dos conteúdos que o Estado produz como diretrizes eficazes para manutenção da ordem social.

Nesse ponto torna-se claro a questão do custo de manutenção do Estado. Quanto mais bem realizados forem os diversos processos de ideologização produzidos pelo sistema que os AIE integram, mais pontual e concentrada será a ação repressora. Mesmo que um governo ditatorial, pela sua natureza antidemocrática, invista institucionalmente na repressão e faça intervenções pontuais na sociedade, o ideal para não se desgastar é que construa e invista mais numa impressão de vigilância constante que na própria intervenção pela repressão dos ARE a todo o momento. É preciso que articule os efeitos coercitivos de sua presença na sociedade sem jamais sair de sua invisibilidade e anonimato. Esse investimento do poder no olhar é descrito dessa maneira por Foucault:

O olhar vai exigir muito pouca despesa. Sem necessitar de armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo.¹³

Essa gestão eficaz do olhar operado pelo poder na cultura fica evidente na leitura do romance *Balada da Praia dos Cães*. Quanto mais se lê o romance, mais se percebe que o verdadeiro protagonista do livro é a PIDE. Ainda que ela não apareça, os efeitos de sua ausência atingem a própria corporeidade das personagens. É ela que faz com que todas as personagens se movimentem na

¹³ ALTHUSSER, Louis. “O Estado e seus aparelhos”. In: *Sobre a Reprodução*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999. p. 218

trama, seja alimentando a paranóia autodestrutiva de Dantas, seja fazendo com que Mena crie táticas para prolongar os inquéritos de Elias, seja, ainda, contaminando o olhar fatalista e meticuloso com que o mesmo Covas vai remontando os acontecimentos ao redor do crime. A implantação do sistema salazarista foi tão efetiva e total, e atuou por tanto tempo de forma hegemônica nos sujeitos sociais, que se faz presente com forças coercitivas tanto na esfera mais pública quanto na mínima intimidade. A PIDE, na cultura portuguesa, se leva dentro de si e para todos os lugares durante os longos anos de sua existência.

O aspecto mais impressionante do processo de ideologização reside no seu ponto central: uma vez implantado o sistema, ele se rege sozinho. Um AIE é constituído de pedaços da Ideologia de Estado, que seria a ideologia primária que rege o sistema político. Todos os funcionários do Estado ajudam seus respectivos Aparelhos ideológicos a fomentarem na sociedade, a partir dos efeitos particulares dos Aparelhos que integram e pelos seus conhecimentos técnicos, conteúdos ideológicos que produzam efeitos que ajudem na manutenção cultural do sistema. No entanto, esses mesmos indivíduos, com seus diferentes saberes e práticas, formam uma massa heterogênea porque cada um possui uma relação particular com as condições reais de sua existência. Ou seja: cada indivíduo adquire uma construção ideológica própria em relação ao sistema, e assim gera produtos ideológicos diferentes. Esse ponto é importante porque revela o outro desafio da manutenção do Poder de Estado: a seleção dos seus quadros.

No caso do Estado Novo português isso se torna claro quando se considera que foi justamente do Aparelho repressor de Estado mais central do Salazarismo que surgiu o golpe que o derrubou. A eficácia com que o Estado salazarista operou seu controle da sociedade portuguesa se manteve firme até o final do sistema. Conseguiu negociar e responder com eficácia aos desafios gerados pela oposição ao poder salazarista por quatro longas décadas. No entanto, durante a caótica e terrível guerra colonial, conforme visto no curso do historiador Fernando Rosas, o processo de ideologização dos próprios quadros do exército em território africano foi ineficaz, abrindo espaço para a cisão da unidade cultural hegemônica salazarista e para o esgarçamento da solidez programática da Ideologia de Estado justamente na fatia do ARE mais essencial para a manutenção de um Estado ditatorial com as características do Estado Novo português.

É evidente que a seleção dos quadros é um dos pontos centrais da manutenção do controle do Poder de Estado. E essa seleção não acaba na escolha de um indivíduo de eficácia técnica adequada para a produção dos conteúdos culturais ansiados pela Ideologia de Estado. Os próprios AIE devem construir, em suas próprias estruturas, mecanismos que promovam a ideologização constante de seus membros, o controle coercitivo de suas práticas. Dessa forma, a seleção dos quadros nas faculdades e colégios, nos juizados e comarcas, nas redações de jornais e nos departamentos de informação etc – juntamente com a criação de uma tecnologia coercitiva de controle constante daqueles que exercem o controle – representa uma das faces mais importantes para a manutenção, não apenas do sistema que essas instituições alimentam com conteúdos, como também para o Poder de Estado assegurar que os próprios conteúdos se alimentem adequadamente de pedaços da Ideologia de Estado antes que se ramifiquem dentro da trama social.

O Poder deve se explicar constantemente enquanto Poder de Estado e, para isso, conta com os mais diversos e sofisticados instrumentos, aparelhos e saberes para produzir veracidade na ordem discursiva dessa sua explicação constante. Todo esse movimento se organiza em redor do desejo de controlar as construções na imaginação social daquilo que as condições de vida da sociedade portuguesa representa. A partir da definição de Althusser de Ideologia como “representação da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência”¹⁴, pode-se afirmar que o Estado salazarista não agiu apenas nos corpos, na ação disciplinar sobre os corpos, mas atuou também nessa relação eminentemente fictícia que transforma o indivíduo em sujeito social, estabelecendo quais são os termos das condições reais de existência desses sujeitos, dessas condições materiais que os cercam, dentro de um sistema em conjunção com a Ideologia de Estado Salazarista. Althusser indica que a Ideologia de Estado “reagrupa um certo número de temas importantes, extraídos dos diferentes domínios da ideologia (religiosa, jurídica, moral, política etc), em um sistema que resume os valores essenciais de quem tem necessidade a dominação”¹⁵. E são exatamente esses valores que os inúmeros processos de ideologização dos Aparelhos ideológicos de

¹⁴ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. São Paulo: Graal Edições, 2007. p. 85

¹⁵ ALTHUSSER, Louis. “Os Aparelhos ideológicos de Estado político e sindical”. In: *Sobre a Reprodução*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999. p. 162

Estado difundem. Controlar as mentalidades e como essas mentalidades se relacionam com seu próprio corpo e as instituições ao seu redor foi a ambição salazarista.

Dessa forma, a continuidade da cultura salazarista depende não exclusivamente de um sistema cultural que produza os conteúdos e produtos culturais necessários à formação e consolidação dessa própria cultura, mas também precisa produzir com eficácia as próprias condições de produção desses conteúdos e produtos culturais. Precisa fazer com que essas condições de produção se expandam por toda sociedade e se adaptem às conjunturas diversas surgidas no âmago da própria sociedade que alimenta com conteúdos essenciais para sua reprodução. Assim, o exercício do Poder de Estado Salazarista se torna um conjunto complexo de articulações institucionais que não produzem, na sua prática política cotidiana, apenas repressão. O Poder, mesmo em um sistema ditatorial, deve produzir efeitos de maior sutileza para que se justifique. Deve ainda investir em estratégias menos desgastantes para seu exercício, como o olhar vigilante, a ideologização pelo lazer e esporte, as ficções estatais, e investir também numa imagem que seja consumida culturalmente e se propague pela trama social por meio da veiculação de filmes, quadros, peças e livros. A questão é que, no caso do Salazarismo, a incidência de sua ação ao longo de um período tão longo só poderia ser onerosa para o exercício desse Poder. E são justamente as conseqüências do acúmulo de todos esses processos, do desgaste acumulado por esse processo contínuo e por mais de três décadas, em 1960, que *Balada da Praia dos Cães* vai dramatizar.

2.2

O Estado como narrador

O Estado produz incessantemente efeitos de poder no corpo da sociedade, nem todos são repressores e coercitivos, pois alguns pertencentes à inesperada esfera da sedução. O Poder envolve os indivíduos na sua litania e é capaz de transformar, pelo seu assédio e insistência, por diversas pormenorizadas estratégias narrativas e de circulação de seus valores culturais, sua calculada missa ideológica num mantra fundamental à permanência e existência cotidiana de seus efeitos na sociedade: os valores salazaristas como música interior embalando os sentidos das ações sociais; um encontro do português comum com o mítico Portugal profundo; o Estado Novo como ponta de lança de um Império Ultramarino. A mesma mão pesada que no sigilo espanca, flagela e desmantela os núcleos ocultos da sociedade, pelo afago de sua litania e missa ideológica também conquista o apoio da sociedade, torna-se importante e essencial para manutenção de sua saúde e ordem. As escolas ensinam os sacrifícios de sua necessária “missão redentora”, as Igrejas abençoam Salazar em suas missas e festividades, os fados oficiais constroem a imagem do Português melancólico e os discursos proferidos nas difusões radiofônicas inspiram tempos melhores e orgulho. Estes são os espaços em que o Estado produz seus envolventes efeitos narrativos de sedução, estabelecendo os limites de circulação de seus relatos e fomentando a incidência amena e discreta de seus conteúdos ideológicos.

O poder que não gere crença, o poder que não possua carisma e que não trabalhe com o emocional da sociedade, não sobrevive nem se mantém. “O Estado é uma máquina de produzir crenças”¹⁶, afirma o crítico argentino Ricardo Piglia. Ele “necessita construir consenso, necessita construir histórias, gerar crença na veracidade de certas versões dos acontecimentos”¹⁷. O Poder necessita instituir personagens próprios que existam e circulem pelos relatos sociais e, assim, a partir desses núcleos simbólicos construídos, consiga entranhar seus efeitos e se

¹⁶ PIGLIA, Ricardo. “Los relatos sociales”. In: *Crítica y ficción*. Buenos Aires: Seix Barral, 2000. p 113

¹⁷ PIGLIA, Ricardo. *Tres propuestas para el próximo milenio (y cinco dificultades)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000. p 22

ramificar em uma parcela significativa do imaginário nacional. Para favorecer seu pleno exercício político, o Estado necessita criar espaços para que os conteúdos de sua Ideologia de Estado dialoguem abertamente com os desejos da sociedade e com suas demandas cifradas nas narrativas sociais. Como afirma Foucault:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.¹⁸

Ou seja, estabelecer os efeitos narrativos de seu poder e a maneira como são absorvidos e consumidos pela sociedade os conteúdos ideológicos contidos nesses discursos e ficções de Estado. Dessa forma, todo poder produz efeitos psicossociais: atinge a relação do indivíduo como sujeito na sociedade, transtorna a relação desse mesmo indivíduo consigo próprio. Em uma ditadura militar como a salazarista, que naturalmente intensifica a incidência dos seus efeitos de poder na sociedade, os efeitos psicossociais provocados são ainda mais profundos e permanentes.

A eficácia dessa ação sedutora está na organização do discurso que o Poder de Estado constrói e nos artifícios de retórica que usa na construção de seus relatos. No entanto, esses discursos necessitam de um sistema criado especialmente para a circulação efetiva dessa sedução: mecanismos institucionais que mediarão a capilar irrigação dos efeitos do poder. Os saberes produzidos pelo Estado – o desenvolvimento e as informações brutas da produção de sua tecnologia, as ações práticas e pontuais que concentram sobre um grupo determinado da sociedade – todas essas ações práticas, informações e números, se difundidas sob as regulares linguagens protocolares da burocracia e da estatística, ainda que com insistência e assiduidade, não geram a explicação contínua que o grupo que detém o Poder de Estado necessita para manter sua hegemonia ideológica e cultural sobre todo sistema político que integra.

As informações brutas e suas ações práticas veiculadas burocraticamente não geram crença nem carisma, e não produzem efeitos contagiantes nos sujeitos sociais porque não estão construídas e articuladas de forma a se incorporarem à trama social de relatos. Para produzir sua própria eficácia, o discurso estatal deve

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 8

se organizar dentro de uma lógica retórica mais narrativa que dissertativa, mais fabular que jornalística. Essa busca por uma eficácia das narrativas, que cria pelo uso estratégico de registros mais sedutores a partir das informações brutas e técnicas dos resultados da ação real de seu sistema político, está diretamente ligada ao esforço estatal de estabelecer uma Economia de Verdade regendo toda sociedade. Para o funcionamento pleno dessa Economia de Verdade, para que alcance com seus conteúdos e efeitos todo corpo social, é necessário gerar crença em redor das explicações narrativas de suas ações reais que incidem no corpo social, e estabelecer sua voz e seu olhar num registro que imprima legibilidade às práticas de seu governo.

No caso de uma ditadura militar, esse espaço de ficção na sociedade deve ser preenchido com as narrativas que gerem o menor desgaste possível ao exercício totalitário do poder. Verdade não é, na esfera da política, sinônimo de veracidade e exatidão. Ao contrário, o poder opera diretamente nesse aspecto ficcional essencial também pertencente à construção da verdade. E, por esse motivo, tenta estabelecer e produzir uma tecnologia de gestão da absorção e circulação dessa verdade pela trama de relatos. Tenta estabelecer esse controle direto sobre a produção da verdade e sua circulação, e também sobre as forma com que essa verdade é consumida e sobre os efeitos que ela produz. Como afirma Foucault:

A verdade, objeto de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo, é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos: universidades, exército, escritura, meios de comunicação.¹⁹

A sociedade gera uma trama de relatos. E uma das formas mais eficazes de o Poder se fazer presente é interferindo nessa trama, integrando-se ao seu fluxo, e interrompendo e incidindo nela quando identificar e isolar conteúdos ideológicos em relatos dessa trama social que possam gerar tensões no exercício pleno de seu poder. O Estado deve desenvolver estratégias para tornar esse espaço ficcional da sociedade justamente num local de produção de efeitos do seu próprio poder de Estado. O salazarismo foi eficiente em seu investimento calculado no imaginário nacional, quando criou para ele conteúdos próprios e se articulou – como forma de

¹⁹ FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006. p. 13

atuar diretamente na trama de relatos – ao redor de conteúdos produzidos com pedaços de sua Ideologia de Estado. Assim, como afirma Piglia, o Estado “pode se fazer presente no movimento social de relatos”²⁰ e incidir diretamente, com seus conteúdos ideológicos, em diversos espaços específicos dessa fluidez narrativa da trama social, transformando-a numa esfera integrante dos efeitos de poder que produz. Com essa estratégia, o custo de manutenção de sua hegemonia política fica diminuído.

Esse processo de incidência e interrupção naturalmente se intensifica num sistema ditatorial, porque quanto maior o Poder de Estado está concentrado nas mãos de um grupo, mais complexa e constante deve ser a explicação que esse poder faz à sociedade. Numa democracia, os efeitos coercitivos continuam poderosos e atuantes, mas são dispersos justamente pela possibilidade de certas fatias dos AIE de Informação e Políticos serem dissidentes, e até não integrantes do grupo que detém o poder e, assim, terem seus próprios interesses em relação ao Poder de Estado. Dessa forma, num regime democrático o esforço de concentrar e conjugar autoridade e Poder de Estado é mais oneroso e difícil de articular já que, pelo sistema estar aberto a uma maior quantidade de vozes, desejos e intenções políticas, não existiu uma legalidade do uso da violência para aplacar os núcleos de tensão e oposição ao grupo que detém esse Poder de Estado.

O conflito, numa democracia, passa tanto pela luta no interior dos Aparelhos ideológicos de Estado (pelo controle da hegemonia, já que possuem quadros estatais misturados e heterogêneos por terem processos de seleção mais fechados à manipulação ideológica), quanto pela própria e constante tentativa da oposição, seja ela fora da esfera do governo, seja integrante do sistema político, em esvaziar a autoridade que o grupo que detém o Poder de Estado possui. Ou seja, e usando Max Weber: o conflito passa pela tentativa de esvaziar o Poder de Estado de sua instância carismática, qualidade essencial que constitui a esfera de sedução da autoridade, da crença e de todos os efeitos que produz. A oposição se articula numa democracia para reduzir, a partir de diversas estratégias, os efeitos positivos que as narrativas do poder possuem na trama social de relatos, gerando uma profusão organizada de contra-relatos que diluam o papel de protagonismo que o grupo que detém o Poder de Estado constrói para ocupar em suas próprias

²⁰ PIGLIA, Ricardo. “Una trama de relatos”. In: *Crítica y ficción*. Buenos Aires: Seix Barral, 2000. p. 43

narrativas difundidas no corpo social. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta”²¹. Assim, o Poder de Estado deve, numa democracia, incidir inteligentemente nesses contra-relatos com estratégias sofisticadas que não façam uso da violência direta nem da repressão e censura. A Economia de Verdade, num sistema democrático, opera de forma mais esgarçada e com uma necessidade estratégica maior de negociação.

Essa incidência, mais sutil e simbólica, também ocorre no Estado Novo português. Como um sistema de exceção incorpora em suas leis a prática sigilosa da violência, tortura e censura, institucionalizando assim a ação vertical do Poder de Estado sobre os corpos dos sujeitos sociais contrários ao salazarismo, pode-se existir um alto desgaste na manutenção do sistema político, se as estratégias de incidência nos contra-relatos e a ação investigativa da polícia política de encontrar os núcleos ocultos operando na sociedade não produzirem os efeitos esperados e necessários de interrupção da fluidez narrativa da trama social. Numa ditadura, na qual o poder é ao mesmo tempo amplo em sua ação e concentrado em redor de um grupo especialmente coeso, a verdade realmente “não existe fora do poder ou sem poder”²². E nessa lógica estatal de exceção todas as versões produzidas fora da esfera de sua influência são crimes, quando se opõem aos conteúdos ideológicos de ordem e de saúde sociais veiculados nas narrativas e discursos de seu Poder. Sendo assim, o Estado de exceção cria, desenvolve e investe em mecanismos, saberes e técnicas de segregação e interrupção da circulação dos componentes ideológicos antagônicos aos conteúdos da Ideologia de Estado, Assim, age tanto dentro dos AIE – em funcionários que conseguiram passar pelo processo de seleção e que produzem deformações no interior dos próprios conteúdos dos discursos salazaristas – quanto para incidir e brutalizar, de forma institucionalizada e dentro dos limites da legalidade do sistema político, os sujeitos sociais contrários ao uso do Poder de Estado nas mãos do grupo ditatorial que o detém.

As ações repressoras pontuais do poder acumuladas na memória dos grupos de resistência, somadas a todas as décadas de incidência capilar de seus efeitos

²¹ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 10

²² FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006. p. 12

positivos na cultura por meio da totalidade de práticas das suas esferas institucionais geram um escalonamento progressivo e radical tanto da violência quanto do medo e da instabilidade. A sociedade portuguesa, no período retratado por *Balada da Praia dos Cães*, está cicatrizada e amuada pelo pavor persecutório e, assim, sofre na intimidade, nos gestos, na fala cotidiana, nos olhares dos vizinhos, as conseqüências deformadoras e perturbantes do assédio dos efeitos de poder ditatorial. Todo poder produz efeitos psicossociais e uma ditadura como a salazarista, operando esse esforço de controle total da sociedade, intensifica-os de tal modo que após décadas de incidência gerou uma mistura histórica de cegueira e paranóia.

Por um lado, gera cegueira nos indivíduos que, mesmo civis e fora do Estado, foram integrados de tal forma pela ideologização aos valores do sistema salazaristas que acabam por se tornar, no silêncio de suas vidas, braços potentes de vigilância e controle executado a partir de denúncias anônimas e um voluntário assédio incessante à intimidade dos outros. De outro, gera paranóia por desarticular a oposição numa massa que não consegue construir um discurso coerente e único diante de um ARE que possui, ao menos de forma preferencial, justamente um discurso coerente e único. Dessa forma, pela constante narrativa persecutória torturante entranhada na imaginação asfíxiada dos sujeitos sociais que se opõem ao sistema, essa paranóia provoca a impossibilidade de articular grupos organizadamente crescentes de oposição e programáticos em suas ações combativas de articulação política.

É possível que o uniforme de exército e a memória comum das guerras coloniais tenham sido o núcleo simbólico que organizou, dentro do próprio exército, um grupo numeroso o bastante e ideologicamente revolucionário para fazer o golpe militar de Abril de 74. No entanto, a eficácia da ideologização na sociedade civil é de tal forma poderosa que transforma constantemente o aliado político em sujeito de denúncia, e é esse efeito psicossocial paranóico do poder que explica o comportamento de Dantas no romance *Balada da Praia dos Cães*. A partir de alguns silêncios e conversas, que imaginou escutar entre seus companheiros na Casa da Vereda, e alimentado pela espera de uma mensagem telefônica que jamais chega, Dantas acabou produzindo conteúdos persecutórios sistemáticos que levaram à perda total de sua relação com a realidade e com as pessoas ao seu redor, desencadeando, assim, o crime que o romance disseca. Essa

mistura de efeitos psicossociais produzidos na sociedade – certa apatia política alienante em determinados grupos, e distúrbios psicóticos em sujeitos ligados à resistência ao salazarismo – entra claramente na esfera dos efeitos de sedução narrativa dos discursos do poder: seduzir não está apenas relacionado a embalar; seduzir também é, ao se entranhar, impregnar e envolver os pensamentos e corpos, uma forma de contágio que acaba por gerar doença, perturbar o senso de realidade, confundir os sentidos dos indivíduos, estilhaçar a produção partilhada de comunidades.

“Exercer o poder político é impor uma maneira de contar a realidade”²³, afirma Ricardo Piglia. Assim como existe um movimento social constante de relatos, uma trama de relatos que circula por toda sociedade, o Estado Novo Salazarista precisa interferir nesse fluxo incessante e modificar esses relatos com o contágio de seus próprios conteúdos ideológicos; gerar efeitos de poder coercitivos nessa fluidez narrativa e alimentar-se dela. Precisa encontrar estratégias para fazer com que essas narrativas entrem no esquema de ideologização que o Poder de Estado tanto necessita para se aprofundar culturalmente. Dessa forma, estabelecendo essa política de incidência de relatos, é possível afirmar que “o Estado estabelece um uso nacional da ficção”²⁴ assim como delimita os espaços onde as ficções que não partem de seu próprio discurso podem circular, em quais realidades essa ficção social pode se ancorar e produzir também seus efeitos particulares. De um lado, produzir seus relatos estatais, suas próprias ficções narrativas; e de outro se assegurar de que todas as narrativas que não surjam de seus Aparelhos ideológicos de Estado circulem com conteúdos não nocivos e resistentes às suas práticas políticas, que não contenham elementos narrativos que formem contra-relatos às narrativas que esse Estado constrói como forma de aprofundar seu poder em parcelas específicas do imaginário social.

Dessa forma, se o Estado deve gerar crença nas ações práticas de seu governo e programaticamente se organizar ao redor da produção de saberes e efeitos de poder, integrados aos objetivos e às metas estabelecidas pela sua Ideologia de Estado, num sistema ditatorial, o uso estatal da linguagem é uma questão de relevo capital para manter o Poder de Estado nas mãos do grupo que o

²³ PIGLIA, Ricardo. “Una trama de relatos”. In: *Crítica y ficción*. Buenos Aires: Seix Barral, 2000. p. 43

²⁴ PIGLIA, Ricardo. “Novela y Utopía”. In: *Crítica y ficción*. Buenos Aires: Seix Barral, 2000. p. 100

detém e aprofundar, sob meticuloso controle, as ficções que constrói, para fomentar a explicação constante acerca da concentração desse poder e implicar legibilidade e um sentimento nacional de essencialidade das práticas salazaristas. "Há sempre um uso estatal da linguagem"²⁵, afirma Piglia. A construção de um discurso narrativo que funcione ao redor do desejo de persuasão passa também pela criação de uma sofisticada tecnologia de controle pormenorizado e detalhista da linguagem usada cotidianamente pela sociedade. Desde seu uso em documentos e protocolos, passando pela seleção dos conteúdos que os jornais podem reportar e as rádios difundir com seu respectivo vocabulário adequado, seja sitiando a linguagem da publicidade, das placas de trânsito e das mensagens nas paredes das cidades. Estabelecendo e policiando os diversos registros usados pelas mais diversas esferas sociais, o Estado oficializa e institui um vocabulário público em sintonia com o vocabulário específico com que seu próprio discurso explica as práticas de seu Poder de Estado como uma forma, alusiva e indireta, de controlar os sentidos apreendidos a partir do contato social com esse seu discurso produzido. O poder passa, dessa forma, também pela construção cotidiana de uma legibilidade social de suas inúmeras ações e práticas.

Nesse ponto é interessante retomar o poder disciplinador dos diversos processos institucionais de ideologização. O Estado articula suas ficções com um registro de discurso que avança sempre na direção do neutro: o poder estatal quer o reconhecimento natural da inquestionável verdade que sua voz detém. Mesmo que o poder "produza efeitos de verdade no interior de discursos"²⁶ que "não são em si nem verdadeiros nem falsos"²⁷, ainda assim, se deve produzir, na retórica narrativa do poder, efeitos de persuasão que só o poder pelo poder não garantem. Persuadir narrativamente a sociedade acerca de alguma prática é, na lógica do Estado, fazer com que aceite como natural e essencial a necessidade dessa prática. Por um lado, que os indivíduos aceitem a coerência dessa prática com as condições reais de suas existências cotidianas e por outro, que essa prática aconteça num limite que não prejudique a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Caso isso não ocorra, caso esse efeito de

²⁵ PIGLIA, Ricardo. "Los relatos sociales". In: *Crítica y ficción*. Buenos Aires: Seix Barral, 2000. p 116

²⁶ FOUCAULT, Michel. "Verdade e Poder". In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006. p. 7

²⁷ *Ibidem*. p. 7

letargia da recepção dos conteúdos das narrativas estatais não seja devidamente construído, o aspecto artificial do discurso estatal ficará produzindo complexos efeitos deformadores instáveis e onerosos para a relação entre sociedade civil e Poder de Estado.

Os processos de Ideologização dos AIE fazem com que os sujeitos sociais estejam suficientemente disciplinados para aceitarem com naturalidade e sem conflitos os conteúdos das narrativas de Estado, para tomarem como essenciais e coerentes essas práticas, até mesmo de intervenção rigorosa e disciplinar, nas suas condições reais de existência. Em outras palavras, os Aparelhos ideológicos de Estado realizam um processo de “alfabetização” dos indivíduos dos sentidos de leitura da narrativa que o Estado constrói e deseja tornar, para manutenção de seu próprio poder, central nessa sociedade. Por outro lado, a sociedade é uma trama de relatos que exige leitura constante do próprio Estado e na qual cada indivíduo lê as narrativas que fomentam as representações imaginárias das condições reais de sua existência. A luta do Estado, então, é a de construir a legibilidade de seus discursos, fazer com que sua narrativa seja lida pela sociedade como essencial e que no emaranhado da trama de relatos ela tenha o maior relevo. O Estado deseja que a leitura dessa narrativa central contamine, pelo seu poder persuasivo e pela verdade que contém, todas as leituras possíveis das outras narrativas emaranhadas na trama de relatos. Deseja ainda que as narrativas estatais penetrem nessa trama e que seus “efeitos de poder circulem entre os enunciados”²⁸, contaminando-os com seus conteúdos. Quando os sentidos dessa narrativa estatal salazarista modificam os sentidos das leituras sociais das outras narrativas, se estabelece uma hegemonia da cultura do sistema político no campo da circulação e consumo de relatos e narrativas na trama social.

Balada da Praia dos Cães é um exemplo dessa contaminação, desse contágio viral de um efeito paranóico de poder circulando por toda trama de relatos e contaminando-a em seus sentidos de leitura. Apesar de ser excluída logo a possibilidade de se estar diante de um crime político, ao menos de um crime político convencional perpetrado pela direita, é impossível para Elias ler qualquer um dos fragmentos e retalhos de relatos e testemunhos que coleta e acumula fora da esfera da influência da PIDE. Assim como as próprias ações de Dantas e Mena

²⁸ FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006. p. 4

revelam que eles também lêem a sociedade. Lêem os relatos que lhes chegam e tudo que acontece ao seu redor a partir da contaminação de uma narrativa estatal persecutória, cujo assédio incessante e invisível da PIDE é o elemento deformador e perturbante central. Todo ambiente social descrito no romance – as ruas de Lisboa, as leitarias e bares, os corredores escuros da Judiciária, o apartamento atulhado de papéis e fotos de Elias – organiza-se em redor das deformações imaginárias do conflito velado e impreciso entre visibilidade e invisibilidade, provocado tanto pela ausência física da PIDE na trama, quanto pela asfixiante presença cultural desse olhar vigilante construído pelo poder.

Os núcleos ocultos da sociedade, como a Casa da Vereda, são tencionados constantemente por uma ameaça sorrateira que nunca chega, mas que na imaginação das personagens está sempre espreitando, sempre pendente em sua ação violenta. A investigação de Elias, meticulosa e detalhista, sofre o risco constante e sempre iminente de ser interrompida pela ação da PIDE no momento impreciso que ela considerar mais conveniente para assumir o caso. Otero sente constante pavor pelas conseqüências de um escândalo que as notícias veiculadas nos jornais sobre o assassinato do major Dantas possam provocar na sua trajetória política dentro da polícia. E Mena é presa e encarcerada sem que a sociedade e seus parentes saibam que está sob custódia e interrogatório da Judiciária. Todos esses olhares têm experiências diferentes e formas peculiares e intensidades próprias, mas cada um deles está contaminado pela onipresente narrativa persecutória estatal. Todas as personagens estão reagindo, lendo e especulando, no corpo das narrativas que circulam em seu redor e que fluem na trama de relatos de que fazem parte, cifras dessa ameaça sempre preste a lhes cair em cima.

2.3

Os efeitos positivos do poder

É praticamente impossível pensar um sistema ditatorial pela ótica de seus efeitos positivos porque demanda um delicado esforço de construção de um espaço teórico carregado de sutis ambigüidades. Todos os traumas provocados pela repressão, as suas perseguições, abusos e ingerências, em retrospecto, são demasiado epidérmicos e nevrálgicos para que qualquer visada e abordagem, que não os coloquem em relevo como foco principal de debates e pensamento crítico, não seja tomada, pelas testemunhas e vítimas diretas dessa violência, como uma condenável apropriação antiética de uma memória coletiva e passado político radicalmente imputado à vida dos que sobreviveram.

Em um momento pós-ditatorial, quando se levantam as coxias antes impenetráveis e todos os mecanismos de Poder ficam expostos, os calabouços sombrios do Aparelho repressor de Estado, todas as sobras da materialidade de suas práticas políticas, despojadas à luz do olhar do historiador e intelectual, tornam-se demasiado ativas e visíveis para não tomá-las como o eixo central do investimento do sistema político ditatorial, como o efeito principal e capital da ação totalitária do Poder de Estado antidemocrático. A queda de um Estado ditatorial sempre traz à superfície um agitado aluvião de relatos tenebrosos de tortura e violência e, na compilação dessas narrativas testemunhais, não há maior efeito persuasivo de verdade que a força moral da cicatriz. Assim como, suportar a tortura até o seu limite traz veracidade ao relato do suplicado na lógica da legalidade penal em um Estado ditatorial, essas mesmas marcas e cicatrizes trazem, numa situação democrática, uma forte qualidade de autoridade de discurso para as vozes dessas vítimas: quem sobreviveu tem a sabedoria dos fatos em si, e é detentor legítimo e inquestionável da verdade.

Essa é uma questão crítica e delicada porque nenhum sistema político que não possua e produza tecnologia sofisticada ao lado de seu ARE conseguiria manter, por quatro décadas, o mesmo sistema político, como ocorreu com o Estado Novo salazarista. O discurso testemunhal, construído apenas ao redor da cicatriz, não leva em conta alguns dos processos mais profundos da violência de

um Estado de exceção: a incessante e, muitas vezes, sutil coerção ideológica diária no interior dos próprios espaços da intimidade. Quando a crítica ao sistema totalitário, em retrospecto, se prende somente à face anônima do carrasco, articula-se apenas em redor do símbolo mais emblemático de todo processo, ela confunde o funcionário que coloca sua força de trabalho à disposição de movimentar a tecnologia de tortura com o próprio produtor dessa tecnologia de tortura.

No entanto, a face mais perturbadora do passado político ditatorial não é anônima. Essa face está nas repartições públicas, nos inspetores dos corredores dos colégios, na voz dos locutores dos programas de rádio, nos padres em altares de igrejas consagrando missas. Essa face perturbadora ocupa a tranquilidade amena dos espaços públicos, preenche todos seus mais ingênuos recantos. As marcas do poder ditatorial estão gravadas e sulcadas nos rostos dos sujeitos sociais, incorporados ao sistema político pelas cadências envolventes da intermitente missa ideológica estatal. São produtores, muitas vezes inconscientes, de seus valores, conteúdos e efeitos de poder; fomentadores da permanência e do aprofundamento progressivos na própria trama social de sua cultura. O poder é um fenômeno sempre mais complexo e amplo que o grafismo da tortura infligida, e sua essência deve ser buscada além da apreciação isolada da cicatriz que esse golpe desferido marcou nos corpos dos sobreviventes.

A repressão, ao contrário do se pensa, caso não leve o torturado à morte, produzirá efeitos de grande desgaste no constante combate pela hegemonia cultural e ideológica. Numa situação política ditatorial como a salazarista, qualquer tortura aplicada radicaliza ainda mais no esquema ideológico do sobrevivente a sua posição contrária ao governo. O contato do opositor com o governo, com a face oculta do Poder, dá corporeidade a esse sistema combatido. A tortura gera, inclusive, a possibilidade de uma forte articulação de sujeitos onde antes só existia dispersão pelo efeito paranóico da cultura persecutória. Os capturados pela PIDE que voltam à sociedade se encontram na cicatriz e na memória do trauma. Essas marcas da violência que trazem no corpo são, por si, fortes elementos de articulação entre indivíduos que antes possuíam agendas de ações em oposição ao governo salazarista distintas e inclusive, em muitos casos, até mesmo antagônicas. Assim como no próprio corpo do Estado trava-se um permanente combate interno para que o grupo que detém o Poder de Estado

mantenha sua hegemonia política, nos movimentos clandestinos revolucionários existe uma luta, também de hegemonia ideológica, para definir o melhor processo de tomada do Poder de Estado. A cicatriz dilui essas diferenças e estreita as distâncias, abrindo assim espaço para insuspeitadas articulações que não surgiriam e nem se fundamentariam sem sua incômoda presença, criando laços e gerando comunidades onde só existia dispersão e fuga paranóica. O Estado ditatorial que não operar sua Economia de Verdade com inteligência e sofisticação não poderá durar por um longo período pelo desgaste progressivo de sua legitimidade.

Esse é um dos motivos para que no romance *Balada da Praia dos Cães*, uma narrativa que se constrói a partir do pavor e paranóia e que tem como uma de suas consciências centrais o olhar implicado de um membro de destaque da polícia judiciária, a PIDE ser invisível. É um romance agressivo sobre a voracidade da violência totalitária em que o personagem, cuja visão de mundo conduz a trama, membro direto e sem crise do governo, não desfere qualquer golpe de tortura. Uma narrativa na qual a grande força motora dos sentimentos e angústias das personagens, que se faz presente nos temores e surtos de autodestruição, não aparece corporificada uma única vez. José Cardoso Pires constrói *Balada* tendo em mente justamente esse não tão evidente e discernível aspecto essencial da economia da vigilância repressiva. Sempre que ela escapa de sua invisibilidade, a ação repressora gera, em consequência, um desgaste do exercício do Poder de Estado. E esse desgaste pode, em cadeia, ser crescente e escalonado conforme caso essa ação repressora se torne freqüente e fora de controle.

O poder de Estado é mais eficaz, capilar e efetivo, e atinge com mais profundidade os núcleos ocultos da trama social, quando concentrado em sua ação coercitiva de ideologização, imputada através das inúmeras instituições que compõem os Aparelhos ideológicos de Estado. Notadamente, o escolar, que garante “a distribuição dos sujeitos que falamos nos diferentes tipos de discursos e a apropriação dos discursos por certas categorias de sujeitos”²⁹. Ou seja, o AIE escolar, pelos seus diversos programas curriculares, fomenta diretamente e por um longo período a Ideologia de Estado na fatia populacional mais jovem e influenciável. Nas universidades, principalmente, a ideologização garante a

²⁹ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 44

“distribuição dos sujeitos que falam nos diferentes tipos de discursos e a apropriação dos discursos por certas categorias de sujeitos”³⁰, incidindo diretamente nas mentalidades. Dessa forma, é um processo que prepara os futuros funcionários que alimentarão os quadros nos AIE e produzirão saberes, discursos e tecnologia para própria fomentação e reprodução da cultura salazarista. Segundo Foucault:

O que faz com que o poder se mantenha é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.³¹

O poder então se manifesta, também, de forma positiva. Como afirma Foucault:

Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos ao nível do desejo e também ao nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz.³²

Dessa forma, a maneira como se aborda criticamente os efeitos de poder numa perspectiva pós-ditatorial deve ir além da catalogação testemunhal de sua ação diretamente repressora. Isto porque os maiores efeitos coercitivos produzidos por esse mesmo poder de Estado totalitário estão nos sentidos e conteúdos ideológicos que as narrativas e discursos do Poder constroem nas representações imaginárias dos sujeitos sociais com suas próprias condições de existência. O poder não se resume a um conjunto de leis, não se concentra apenas em seus Aparelhos repressores de Estado, não se alimenta somente dos efeitos dos Aparelhos ideológicos de Estado. O poder é “mais complicado, denso e difuso”³³. O poder é corporal, notadamente espacializante e disciplinar. Ele cria um sistema, uma cultura. Funciona e opera de forma integrada, como uma máquina que

³⁰ Ibidem. p. 44

³¹ FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006. p. 8

³² FOUCAULT, Michel. “Poder - Corpo”. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006. p. 148

³³ FOUCAULT, Michel. “O Olho do Poder”. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006. p. 221

“circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce”³⁴. O processo de ideologização atinge tanto a sociedade quanto os próprios membros dos Aparelhos de Estado. O mesmo poder incidente e coercitivo que afeta, deforma e disciplina os indivíduos na sociedade, atinge aqueles que o exercem. Sua capilaridade, circulação e estrutura produzem efeitos de poder em todos os sujeitos sociais que vivem dentro do espaço de atuação do ARE, inclusive aqueles que são funcionários efetivos do Estado, os próprios agentes repressores do Estado, e também seus intelectuais e técnicos.

Assim, o poder deve ser pensado em sua competência holística, na sua ação total dentro do sistema político.

Quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana.³⁵

Integração e incidência. O poder habita e transita no horizonte delimitado entre essas duas intenções práticas. É horizontal, integrador, quando produz um sistema que articula todas as instituições ao redor de uma mesma Ideologia de Estado; quando produz, com suas narrativas, saberes, tecnologia, símbolos e prazer, isto é, os pressupostos para a hegemonia do exercício de sua cultura política. É vertical, incidente, quando atinge e atua e se espalha de forma direta e particular nos sujeitos sociais e exerce um efeito de poder disciplinar sobre seus corpos. Tudo isso faz parte de um esforço para gerar uma Economia do Poder desenvolvida e articulada, gerenciada, pelo sistema integrador e incidente dos Aparelhos de Estado. “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade”³⁶, afirma Michel Foucault. Cada sistema político instaura regras de circulação e consumo de suas narrativas e saberes, constrói uma economia em redor dos efeitos de poder que produz, e gera um conjunto sofisticado de “procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder ao mesmo tempo de forma contínua, ininterrupta e individualizada por todo corpo social”³⁷.

³⁴ Ibidem. p. 221

³⁵ FOUCAULT, Michel. “Sobre a Prisão”. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006. p. 219

³⁶ FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006. p. 12

³⁷ Ibidem. P 8

No caso de uma ditadura militar como a salazarista, a gestão dessa Economia do Poder deve se tornar ainda mais sofisticada e complexa para que consiga atingir uma pouco onerosa integração e incidência efetiva dos efeitos de seu poder na sociedade. Quanto maior e mais concentrado o Poder de Estado concentrados nas mãos de determinado grupo, mais bem construídas devem ser suas estratégias narrativas para justificar e explicar esse poder nas mãos do grupo que o detém. São justamente nos pontos em que seus discursos não produzem os efeitos esperados que a repressão atua. Mas já se tornou bastante evidente que o investimento estatal no aspecto repressor do poder é o mais oneroso e menos efetivo para um sistema que ambiciona se manter por longo período de tempo de forma antidemocrática, porque gera um desgaste ao próprio Poder de Estado e intervém na trama de relatos e na imaginação social de uma forma que apenas gera um custoso escalonamento da violência. A força do poder está na “lógica de estratégias que se opõem umas às outras”³⁸, na lógica de sua articulação ao redor da eficácia coercitiva de seu discurso nos próprios saberes e relatos produzidos pela sociedade, na incidência de seu saber sobre a imaginação social.

No entanto, essa Economia do Poder está sempre em mudança e se adequando aos conteúdos novos que a sociedade produz longe da sua esfera de influência. No caso do Estado Novo português, a incidência de três décadas de seus efeitos de poder, no momento em que transcorre *Balada da Praia dos Cães*, o processo contínuo e incessante de ideologização por meio dos AIE, o acúmulo de intervenções da PIDE no corpo social, a gestão estatal da malha de relatos, a projeção ininterrupta da veiculação da mitologia salazarista, o rosto de Salazar reproduzido em todas as repartições públicas e escolas, a própria degeneração da cultura portuguesa, sitiada e autopersecutória, asfixiada na sua intimidade, disciplinada em seu discurso, só poderiam gerar a atmosfera prisional, esmaecida e paranóica de *Balada da Praia dos Cães*. E pelo seguinte motivo: assim como a trama de relatos, os corpos e os saberes e discursos da sociedade se contaminam quando neles incidem os efeitos ideologizantes do Estado Novo, e sofre efeitos psicossociais em consequência dessa ação dos efeitos de poder, o próprio núcleo duro em que o poder é engendrado, esse “ponto central que deve ser o local de

³⁸ FOUCAULT, Michel. “Poder – Corpo”. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006. p. 150

exercício do poder e, ao mesmo tempo, o lugar de registro do saber”³⁹, o núcleo dos efeitos positivos em que o poder descobre, instiga e desenvolve sua tecnologia, modifica-se em contato com os efeitos psicossociais que produz. O Estado sofre um retro-contágio, e incidem em suas estruturas os mesmos efeitos de poder coercitivos e as mesmas deformações provocadas na sociedade. O Poder muda quando em contato com a vítima, transforma-se no âmago do processo mesmo de produção de seus próprios discursos, torna-se também doente e paranóico. *Balada da Praia dos Cães* explora os efeitos de cansaço, da incidência e contágio de Estado Novo salazarista na cultura portuguesa, em toda sociedade, tanto no corpo e imaginação da vítima da violência, quanto no próprio ator e agente da violência, real e simbólica, carrasco e executor.

³⁹ FOUCAULT, Michel. “O Olho do Poder”. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006. p. 211